



Referências para o trabalho da mídia sobre a Questão Palestina

MEMO
MONITOR DO ORIENTE MÉDIO



MONITOR DO ORIENTE MÉDIO

O Monitor do Oriente Médio é um instituto de pesquisa política sem fins lucrativos que fornece informações e análises abrangentes sobre política internacional. Sua produção é disponibilizada para uso de jornalistas, acadêmicos e políticos com interesse nas regiões do Norte da África e Oriente Médio — com destaque para a questão palestina. O portal em português também inclui informações e análises sobre América Latina.

O objetivo do MEMO é influenciar políticas e pautas públicas a partir da perspectiva da justiça social, dos direitos humanos e da lei internacional. Isso é fundamental para obter igualdade, segurança e justiça.

O MEMO gostaria de ver um Oriente Médio definido por princípios de igualdade e justiça, ao promover a restauração dos direitos palestinos, incluindo o direito de retorno e um Estado palestino democrático com Jerusalém como sua capital. O MEMO defende também um Oriente Médio livre de armas nucleares.

Ao assegurar que formuladores de políticas sejam melhor informados, por meio de uma cobertura de mídia justa e embasada, o MEMO busca promover um maior impacto nos atores responsáveis por decisões-chave que afetam políticas regionais e internacionais.

Título: Referências para o trabalho da mídia sobre a Questão Palestina

Publicado em fevereiro de 2022.

© Editora MEMO 2022

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, transmitida ou distribuída, por qualquer forma ou meio, sem expressa autorização prévia dos detentores dos direitos autorais.



Monitor do Oriente Médio
Avenida Conselheiro Carrão, 1077
Sala 706, Vila Carrão São Paulo
Estado de São Paulo, Brasil
+55 (11) 2093-0599
www.monitordooriente.com

Referências para o trabalho da mídia sobre a Questão Palestina

Este guia é dedicado aos jornalistas, profissionais de mídia, instituições e agências de informação que se preocupam em ir além dos estereótipos e coberturas superficiais e que se interessam pela Questão Palestina em sua universalidade, para transmitir sua história, seus desdobramentos e a realidade atual da vida sob ocupação e da contínua resistência.

Ahmad Alzoubi
Ahmed Al Heeleh
Hossam Shaker
Omar Abu Arqud
Rita Freire

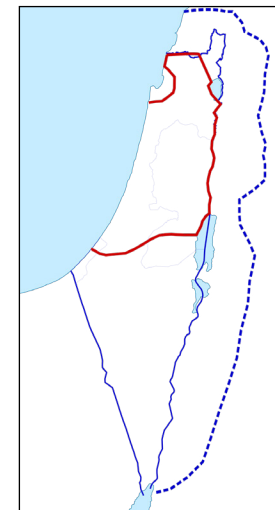
A Questão Palestina

Este guia aponta um conjunto de aspectos sensíveis sobre a Questão Palestina relacionados ao discurso midiático e atividade dos jornalistas e das instituições de imprensa.

- A pauta sobre a Palestina no conflito árabe-israelense trata de um povo sob ocupação constante, que sofreu com a Nakba (expulsão de habitantes para criação do Estado de Israel) e o deslocamento continuado por décadas, e que segue lutando pela terra, independência, retorno dos refugiados e autodeterminação. Envolve princípios de dignidade e justiça humana. Portanto, não é um conflito entre iguais ou diferenças de opinião, mas é uma situação de agressão crescente a um povo, que não pode ser justificada ou naturalizada.
- O Estado de Israel é a entidade ocupante, e sua condição no conflito é de “ocupação israelense” ou “ocupação sionista”, expressões que configuram o surgimento e a continuidade do Estado de ocupação, que avança sobre a Palestina, com assentamentos ilegais sob o direito internacional, anexando áreas e demolindo casas e aldeias, com práticas de racismo e violência contra o povo originário palestino. Infelizmente, esta condição é menosprezada por grande parte da mídia internacional e encoberta pela propaganda sionista e criação de mitos enganosos.
- O povo palestino luta para ter o merecido espaço e trabalho de cobertura que exponha os desdobramentos da ocupação e da resistência nos diversos meios de comunicação e organizações de imprensa, em programas e produções.

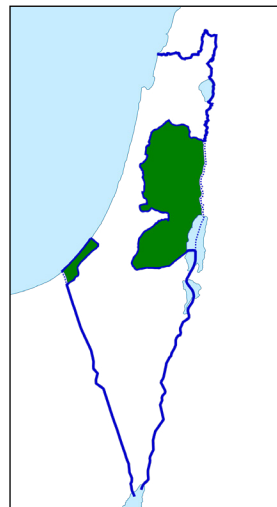
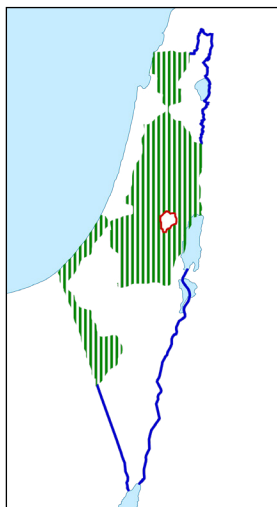
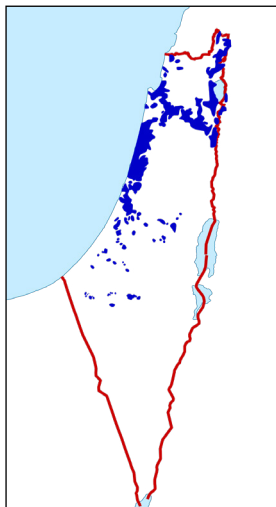
- A escolha de termos, vocabulário e expressões é política. Para que façam justiça à Questão Palestina, é importante atentar para a terminologia promovida pela propaganda da ocupação, e evitá-la. O que é apresentado pela mídia israelense como o “muro de segurança”, para os palestinos é o “muro do apartheid” ou o “muro da ocupação”. Uma ação ou resposta da “resistência” palestina é divulgada geralmente como ação ou ataque “terrorista” pela imprensa pró-ocupação, negando o direito de defesa ao povo ocupado. Os chamados “árabes israelenses”, assim denominados pela entidade ocupante, são na verdade os “palestinos de 1948” ou os “palestinos que vivem nos territórios ocupados em 1948”. Nada justifica negar a identidade palestina a palestinos, situação impossível imposta pela ocupação.

O avanço da ocupação da Palestina



Propostas de 1916-22:

As três propostas para a administração da Palestina após a Primeira Guerra Mundial. A linha vermelha é a “Administração Internacional” proposta em 1916 no Acordo Sykes-Picot; a linha azul pontilhada foi proposta pela Organização Sionista Mundial durante a Conferência de Paz de Paris em 1919 e a linha azul se refere às fronteiras finais do Mandato Britânico da Palestina entre 1923-48.



Situação em 1947:

Mandato da Palestina; em azul as áreas controladas por judeus na Palestina em 1947, que constituíam 6% da área territorial do mandato.

Proposta de 1947:

Proposta do plano da ONU para a partilha da Palestina de 1947 (Assembleia Geral das Nações Unidas – Resolução 181 (II), 1947), antes da Guerra árabe-israelense de 1948. A proposta incluía o corpus separatum de Jerusalém, estradas extraterritoriais entre as áreas não contíguas e a consolidação de Jafa como uma exclave árabe.

Situação entre 1948-67:

Em verde, Ocupação da Cisjordânia pela Jordânia e ocupação da Faixa de Gaza pelo Egito, após a Nakba de 1948, e a linha azul mostrando as linhas de armistício criadas em 1949 com Israel. Na guerra de 1967, Jerusalém, Gaza e Cisjordânia, além das Colinas de Golã da Síria e a Península do Sinai do Egito, foram ocupadas.

Situação atual:

Em verde, a região restante que ainda é administrada pela Autoridade Nacional Palestina (sob Oslo 2), na Cisjordânia, onde avançam os assentamentos ilegais de Israel, e a Faixa de Gaza administrada pelo Hamas, sob cerco israelense. A linha azul demarca as fronteiras dos territórios controlados pela ocupação, em branco.

- As fronteiras geográficas da Palestina definidas sob o Mandato Britânico delimitam uma área de 27 mil quilômetros quadrados. Em 15 de maio de 1948 ocorreu a Nakba, a catástrofe palestina, no processo de “limpeza étnica” descrita pelo historiador Ilan Pappé (2006). Durante a nakba, aproximadamente 800.000 palestinos foram forçados ao exílio e em torno de 400 vilas foram destruídas, para a criação do “Estado de Israel”. Após a guerra de 1967, foram ocupadas Cisjordânia, Faixa de Gaza, Colinas sírias de Golán e Península de Sinai, depois devolvida ao Egito. Posteriormente Israel construiu muros isolando a Faixa de Gaza e a Cisjordânia ocupada. Com 760 km, o Muro da Cisjordânia ultrapassa os limites definidos pela chamada Linha Verde (fronteira de 1967), anexa partes do território palestino a Israel e tem o dobro do comprimento da Linha do Armistício de 1949.
- A população de refugiados palestinos é de 5,6 milhões de pessoas, segundo a Agência para Refugiados Palestinos (UNRWA). O povo palestino requer da comunidade internacional a efetivação do Direito de Retorno, conforme a Resolução 194 da ONU, e à auto-

- determinação, para estabelecer um estado independente com sua capital, Jerusalém. O povo palestino tem direito de se defender e de resistir à ocupação. Negá-lo e interpretar sua ação de resistência como terrorismo é ofensivo e enganoso. Tem direito à liberdade de culto em seus santuários islâmicos e cristãos, à liberdade de expressão e participação política. Tem direito de reunir-se e organizar-se na comunidade. De exigir e obter a liberdade dos prisioneiros políticos ou detidos sob prisão administrativa, o que é feito sem acusação. De exercer livremente o trabalho jornalístico, com direito à mobilidade, ao turismo, à educação, à saúde, conforme estipulado nos acordos e normas internacionais. São direitos básicos e fundamentais de um povo, cerceados pela ocupação.
- Os palestinos esperam que as instituições de mídia, associações jornalísticas e academias invistam na formação e bom desempenho de seus profissionais, para que desenvolvam suas habilidades investigativas e para ajudá-los a cumprir um papel responsável perante a Questão Palestina.
 - A unidade nacional palestina é um fator estratégico na resistência palestina. Tendências partidárias, sectárias, étnicas ou religiosas são secundárias na luta contra a ocupação.
 - A Questão Palestina não reside em conflitos e disputas políticas, ideológicas, sectárias e étnicas entre os povos originários da região. É uma questão árabe e humanitária, o que torna valioso para o povo palestino o esforço de evitar qualquer forma de exploração de polarizações políticas que o desviem da resistência à ocupação.
 - A comunidade internacional é responsável por salvaguardar os direitos inalienáveis dos povos e, portanto, deve agir para proteger o povo palestino do preconceito político e das violações ao direito internacional.

- O povo palestino busca a humanização da mensagem midiática sobre sua luta e sua história, para que a cobertura não se concentre no elemento informativo que transforma a Questão Palestina em causa e justificativa para os crimes de Israel. A mídia que naturaliza a prisão de crianças, o bombardeio de civis desarmados, o assalto a idosos, a prisão de mulheres e mães com seus filhos, a queima de casas e árvores, a pobreza imposta pela ocupação, o sofrimento dos palestinos nos postos de controle, é uma mídia que apoia esses crimes.
- Mais do que cobrir, o povo palestino espera dos jornalistas o senso crítico e a capacidade de observação e apuração para lidar com os conteúdos errados, enganosos ou imprecisos e dar uma resposta profissional a essas distorções.

A mídia e a solidariedade com a causa palestina

A solidariedade de pessoas, movimentos e instâncias políticas com a Causa Palestina consiste em rejeitar a ocupação e seus efeitos políticos e jurídicos, criando demandas para as atividades de comunicação.

- Reconhecer que a ocupação israelense não foi formalmente demarcada. E quando é necessário mencionar geograficamente as fronteiras de fato, os palestinos adotam o termo “Palestina ocupada em 1948” ou “Territórios Palestinos Ocupados em 1948”.
- Visibilizar os crimes da ocupação e a violação praticada por suas instituições, forças repressivas e grupos de colonos assentados contra civis palestinos. Estas ocorrências incluem comprovadamente: punição coletiva, bombardeios indiscriminados, cerco sufocante, assassinato intencional, detenção arbitrária, agressão a crianças, mulheres e idosos, abuso de cidadãos e violação da dignidade humana,

violação de locais sagrados (islâmicos e cristãos), destruição de plantações, violações de direitos humanos.

- Evitar conteúdo, terminologia e expressões discriminatórias contra os palestinos, com o necessário processamento e edição de conteúdos midiáticos para evitar propaganda enganosa e preconceitos. Adotar contra isso padrões éticos profissionais, incluindo, sempre que necessário, esclarecimentos dos termos presentes em citações ou declarações textuais.
- Rejeitar o conformismo e normalização midiática com os crimes da ocupação, assim como sua naturalização ou desvirtuamento por instituições, funcionários e porta-vozes da ocupação.

A presença internacional da Questão Palestina

A abordagem justa da Questão Palestina em matérias de cobertura e informação internacionais ou em determinadas regiões do mundo requer, em particular, atenção a uma série cuidados e oportunidades, como se segue:

- A história de cada região, sociedade e público tem maior ou menor proximidade com as questões palestinas, mas estas estão de diversas maneiras relacionadas com situações vividas pelos diferentes povos, valores, lutas por direitos ou acordos internacionais, assuntos abordados por suas mídias, lideranças políticas, sociais e intelectuais com as quais a solidariedade palestina busca dialogar.
- A Questão Palestina está presente em festivais e congressos internacionais, em suas expressões criativas, artísticas, intelectuais e em suas dimensões políticas, culturais e humanas que oferecem conteúdo primário para compreender o impacto da ocupação sobre sua existência.

- Os valores humanistas universais são parte do narrativa presente nos grandes eventos internacionais e mundiais, inclusive grandes competições e eventos esportivos, por serem ocasiões de encontro e confraternização mundial. Representam também oportunidades de confrontar esses valores com a situação concreta dos direitos dos palestinos - muitas até mesmo o direito negado muitas vezes de participar livremente dessas ocasiões de encontro e confraternização mundial.
- Os jornalistas palestinos que trabalham em campo, com todas as dificuldades e barreiras e sob constantes ameaças, exercem sua função no intuito de levar informação ao seu povo e comunicar sua situação ao mundo. Expandir e fortalecer as relações e cooperação da mídia internacional com jornalistas e meios de comunicação locais é uma forma objetiva de transmitir a verdadeira história palestina à opinião pública mundial.
- Datas nacionais ou efemérides internacionais têm especial relevância para os palestinos, como Nakba, Dia dos Prisioneiros, Dia da Terra, momento em que muita informação é gerada, mas ocasiões celebrativas ou específicas de certas regiões do mundo também são oportunidades para o trabalho midiático internacional relacionando e divulgando a realidade palestina, como o Dia de Luta da Mulher, o Dia do Trabalho, o Dia das Mães, o Dia das Crianças, nem sempre os mesmos em todos os lugares. Outras datas relacionadas à natureza, ao clima, segurança alimentar, infraestrutura, internet, saúde, tecnologia ou comércio, direitos humanos e sociais são importantes para olhar para as vítimas da destruição ambiental, da falta de água e luz, acesso a terras cultiváveis ou o direito de ir e vir na Palestina.

- O público ocidental não tem as mesmas referências históricas e culturais do público árabe e está acostumado às narrativas em favor do “direito de defesa” de Israel que ignoram os direitos palestinos à existência e às terras. Ao difundir informações sobre a Palestina é importante contextualizar sua real condição na política, na geografia e na história da ocupação.
- Desmontar campanhas preconceituosas e enganosas é um direito palestino e dos que acessam fontes internacionais para se informar. A responsabilidade da mídia em desfazer distorções é algo que o povo palestino espera e demanda dos profissionais e veículos de imprensa.

Aspectos da narrativa palestina para o mundo

- O enfrentamento à ocupação não significa um enfrentamento étnico e religioso, embora o discurso israelense se apoie nessa propaganda. Na resistência local, estão muçulmanos e cristãos e “alguns judeus da Palestina”, e o que os une é a defesa dos direitos nacionais palestinos.
- A luta do povo palestino é dirigida exclusivamente contra a ocupação israelense, e não é motivada por hostilidade ou ódio ao povo judeu. O conceito de antissemitismo é estranho à realidade e à história árabe e islâmica, que já testemunhou na Palestina histórica a coexistência com os judeus e o respeito por sua religião e o papel de seus cultos.
- Qualquer acordo político sobre a Questão Palestina deve basear-se nas exigências da justiça, o que só pode ser alcançado com o fim da ocupação e a restauração dos direitos nacionais plenos do povo palestino.

- O Estado ocupante tem natureza racista agravada pelo apartheid, com a construção do muro, a anexação da Cisjordânia e Jerusalém, a expulsão de palestinos de suas cidades e aldeias sob pretextos e argumentos falsos, a colonização pelos assentamentos em expansão contínua, a promulgação de leis racistas e a prática de discriminação institucional contra cidadãos palestinos.
- O povo palestino é afetado de diversas maneiras, com diferentes agravantes em relação a mulheres, idosos, crianças, pessoas com deficiência e as dificuldades impostas a várias comunidades profissionais e especialistas, com imposição diária de sacrifícios e sofrimentos sob ocupação e suas políticas.
- A ocupação deve ser responsabilizada pelas múltiplas violações dos direitos humanos palestinos, perante os tribunais internacionais, sendo que registros factuais e reportagens são elementos importantes para os processos.
- A comunidade internacional em geral e os países europeus e ocidentais em particular são responsáveis pelo que acontece com o povo palestino e sua causa, levando em conta seu envolvimento no surgimento da Questão Palestina e na continuação do apoio à expansão da ocupação. Deve ser cobrada sua responsabilidade histórica, compromisso moral e congruência exigências de justiça e equidade presentes em suas declarações e resoluções.
- Os palestinos não aceitam ser chamados na mídia de “terroristas” ou “extremistas”, discurso enganoso que acaba sendo globalizado e que acoberta sua condição de povo injustamente e ilegalmente ocupado.

A questão das redes sociais

- São muitas as denúncias de exclusão de conteúdos de mídia relacionadas à Questão Palestina pelas redes sociais, por critérios incompatíveis com a liberdade de expressão e o direito à informação. Esses casos devem ser apontados e denunciados, e os critérios revisados.
- Jornalistas que distribuem conteúdos pelas redes sociais levam em conta o fato de que as plataformas são diferentes nos padrões e formatos aceitos, no tipo de público e linguagem, além dos critérios de exclusão. Mas é importante saber quando a exclusão ganha característica de censura, quer seja motivada por padrões da plataforma, quer por campanhas e orientações maliciosas contra as manifestações em favor do povo palestino.
- A exclusão de perfis também ocorre durante situações de confronto e ações de resistência, sob pretexto de violação da política editorial das plataformas digitais. Novamente, é importante saber diferenciar (o que implica conhecer bem) essas políticas editoriais dos casos de abusos praticados em nome delas. É recomendável observar se há recorrência de exclusões, em determinado período de intensa disputa de narrativas, de perfis de jornalistas ou influenciadores palestinos, que são vozes legítimas sobre as situações vividas localmente.

Políticas de conteúdo

- Ao cobrir os assuntos palestinos, os meios de comunicação e as instituições de imprensa que respeitam a causa do povo palestino levam em conta as políticas relacionadas ao conteúdo e ao formato de mídia utilizados, de modo a considerar e incluir:

- A voz dos palestinos na formulação de notícias e materiais informativos sobre as operações de resistência e autodefesa.
- A voz palestina nas diversas produções e formatos de mídia, entre relatórios, boletins informativos, vídeos e podcasts, documentários, editoriais e artigos de opinião.
- As imagens de violações, especialmente contra os civis em tempos de guerra e confrontos armados, - desde que os registros fotográficos resguardem a dignidade do ser humano, em especial das crianças.
- Os aspectos da vida palestina, políticos, sociais, intelectuais, culturais e humanitários.
- A investigação acurada dos indícios ou denúncias de crimes da ocupação contra pessoas, famílias ou comunidades
- As opiniões de todas as tendências, instituições, órgãos, associações e partidos palestinos, árabes e internacionais, que ampliem a elucidação e abordagem crítica da situação palestina sob ocupação..
- O respeito à busca de unidade pelos partidos e facções palestinos quando se trata de defesa dos direitos palestinos, a despeito da diferença de visões e estratégias.
- O equilíbrio na cobertura da Questão Palestina, seja nos territórios ocupados ou na diáspora, em áreas de asilo, nos campos de refugiados e no exílio.
- A continuidade na divulgação de eventos, fotos e vídeos ao vivo e em campo provenientes da Palestina com uma mensagem de mídia forte e influente, como manifestações populares, prisões e outros crimes da ocupação que não precisam de uma explicação detalhada de seu entendimento.

A mídia nas intifadas e guerras

- A guerra contra um povo ocupado é sempre injusta e inadmissível pelo direito internacional. A mídia tem nas mãos, nesses momentos, uma ferramenta poderosa para exigir que a violência cesse: a sua cobertura independente.
- Uma guerra não é contada em números e estatísticas, que são elementos quantitativos dentro da narrativa sobre armas, combatentes, feridos, mortos, danos materiais. Mas a guerra implica na exposição da vida a todos os riscos, mudando histórias humanas, coletivas e o destino de famílias, comunidades e de nações. A causa palestina se revela especialmente na humanização da cobertura, na compreensão dos eventos que levam pessoas comuns a enfrentar exércitos e colocam um povo na resistência contra o agressor poderoso em armas, tecnologias e acesso à mídia.
- As fontes oficiais na guerra têm lado e estratégia de mídia. Cabe à imprensa identificar fontes confiáveis, sabendo confrontar as fontes militares e de segurança, com testemunhos de campo, documentos e dados disponíveis sobre os eventos. É recomendável observar onde estão instaladas as agências geradoras de conteúdos para a mídia internacional e se estão de fato em condições de investigação local e independente.
- Nas guerras e intifadas, pelo desequilíbrio entre as forças e exposição humana da resistência, as perdas podem ter grande magnitude para os palestinos, frente à grande superioridade dos equipamentos e tecnologias empregados pela ocupação, inclusive os drones não tripulados que matam combatentes e civis, famílias e suas crianças. O preço da resistência ao ocupante é geralmente alto, e é importante compreender sua dimensão e fazer a abordagem crítica da natureza do confronto.
- O poder e impacto destrutivo da indústria da guerra é voltado contra vidas humanas e à própria reprodução dessa indústria como negócio bilionário que depende de novos confrontos para se expandir. As guerras contra um povo em resistência são também oportunidades utilizadas pelas corporações de armas e tecnologias para testar suas novidades. O povo palestino tem sido cobaia de testes de armamentos e tecnologias que estão na base da sustentação da economia ocupante.

Alguns serviços de mídia sobre a Questão Palestina:

Monitor do Oriente Médio

www.monitordooriente.com

E-mail: info@monitordooriente.com – Tel: +55 11 2093-0599

Al-Jazeera Palestine

www.aljazeera.com

E-mail: jerusalem@aljazeera.net – WhatsApp: +1 234-815-3542

Shehab News Agency

www.shehabnews.com

E-mail: manager@shehab.ps – Tel: +970 595 605 725

Quds News Agency

www.qudsn.net

Email: info@qudsn.ps – Tel: +970 59220-2050

MDC: Media Development Center, Universidade de Birzeit

www.mdc.birzeit.edu

E-mail: info.mdc@birzeit.edu – Tel: +970 2 298 2979

Middle East Eye

www.middleeasteye.net

E-mail: info@middleeasteye.org – Tel: +44 20 3327 8633

Eletronic Intifada

www.electronicintifada.net

E-mail: info@electronicintifada.net

Este guia

Este caderno reúne observações sobre a cobertura e o papel da imprensa na maneira como é transmitida — e particularmente invisibilizada — a imagem do povo palestino.

A cobertura midiática — longe das pressões e lobbies que menosprezam, criminalizam ou distorcem a história palestina — pode representar uma contribuição de jornalistas e meios de comunicação aos princípios de justiça e libertação do povo palestino, que insiste em não abrir mão de suas aspirações nacionais e seus direitos históricos.

As lutas palestinas contra a ocupação e o apartheid, contra os muros e postos de controle, contra a vigilância e o cárcere são legítimas, sobretudo em defesa dos jovens que se levantam pela autodeterminação de seu povo, seja em suas terras ou na diáspora, incluindo o direito inalienável de retorno dos refugiados.

MEMO

MONITOR DO ORIENTE MÉDIO

Criando Novas Perspectivas



monitordooriente.com



[/monitordooriente](https://www.facebook.com/monitordooriente)



[@monitordoorient](https://twitter.com/monitordoorient)



[@monitordooriente](https://www.instagram.com/monitordoorient)